

A

**ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS IBEROAMERICANOS – OEI**

**COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DA OEI**

Ref.: **Relatório de Julgamento Proposta Técnica – Concorrência n.º 7958/2022 – OEI/FUNASA**

O **Instituto de Desenvolvimento Socioambiental – IDS** entidade de direito privado sem fins lucrativos, **CNPJ**: 01.832.903/0001-00 com sede à Rodovia RJ 116 nº 700 Km 28 Japuíba- 2º Distrito de Cachoeiras de Macacu – Rio de Janeiro – CEP 28 695-000, considerando o **RELATÓRIO DE JULGAMENTO PROPOSTA TÉCNICA** emanado pela COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DA OEI no âmbito da **CONCORRÊNCIA Nº 7958/2022-OEI/FUNASA**, vem interpor o presente

### **RECURSO ADMINISTRATIVO**

Em face da **INABILITAÇÃO** do Instituto de Desenvolvimento Socioambiental – IDS, o que faz pelas razões que passa a expor.

### **DA TEMPESTIVIDADE**

Com base no Art. 165 da Lei 14.133/21, e em atenção ao Item 15 do Edital, cabe recurso administrativo no prazo de 3 (três) dias úteis da decisão que ocorreu em 16/12/2022.

Considerando o resultado apresentado, conforme consignado no **Relatório de Julgamento Proposta Técnica**, o Instituto de Desenvolvimento Socioambiental – IDS apresenta o presente recurso em face da ilegalidade na decisão que inabilitou o recorrente, o que deve ser revisto.

Demonstrada, portanto, a tempestividade do presente recurso.

## DOS MOTIVOS DO RECURSO

### 1) 5.2.1 – CRITÉRIO “A” – Critério de Experiência e Capacidade Técnica da PROPONENTE

No item 5.2.1 do supracitado Relatório de Julgamento Proposta Técnica, a documentação analisada pela Comissão de Avaliação da OEI e que foi encaminhada por este instituto foi composta:

“**Documentação Analisada:** **a)** Declaração emitida pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Magé, declarando que a Licitante vem realizando no município estudos, projetos e serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural, organizando eventos e férias de comercialização e exposição de produtos da agricultura familiar e ambiental, programa de destinação de resíduos sólidos na área rural e tratamento de água e saneamento básico desde 23/02/2017, fls 1047; **b)** Atestado de Capacidade Técnica emitido pela Fundação Euclides da Cunha, atestando que a Licitante executou serviços de realização de pesquisa e formações, em atendimento às necessidades do Projeto “Fortalecimento e dinamização da agricultura familiar”, fl. 1046.” (*in verbis*)



Em sua análise do documento **a)** a Comissão de Avaliação emitiu as seguintes conclusões:

*“**OBS: a)** A declaração Secretaria Municipal do Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Magé não atendeu à exigência do subitem 10.2, do Projeto Básico, Anexo “A”, do Edital, que a comprovação técnica seja efetuada mediante cópia de Atestado de Capacidade Técnica registrado junto às Entidades de Classe da localidade da sede da licitante, além de não contemplar a elaboração de diagnóstico.”*

Veja que a intenção do Edital ao solicitar que a comprovação técnica seja efetuada mediante cópia de Atestado de Capacidade Técnica registrado junto às Entidades de Classe da localidade da sede da licitante visa tão somente assegurar a veracidade e validade da declaração emitida, entretanto, **no que diz respeito às entidades de direito privado sem fins lucrativos não há que se falar em Entidade de Classe**, uma vez que, por não ser pessoa jurídica não possui a necessidade contida em lei de ter registro de acervo registrado em entidade de classe.

Para além disso, cobrar o solicitado pelo Edital em âmbito restritivo em casos que é flagrante a inexistência de possibilidade de cumprimento por não constar em diploma legal sua necessidade, torna evidente a restrição de competitividade do certame bem como fere o princípio da isonomia entre os licitantes, princípio basilar de qualquer concorrência.

Diante da falta de previsão legal e regulamentar, não é possível exigir que os licitantes comprovem sua capacidade técnico-operacional por meio de atestados registrados em Entidade de classe ou que os atestados necessariamente estejam acompanhados de ART do engenheiro que acompanhou o serviço.

Vale observar, por fim, que esse também é o entendimento do Tribunal de Contas da União sobre a matéria, representado pelo Acórdão 128/2012 – 2ª Câmara e o Acórdão 655/2016 do Plenário:

*1.7. Recomendar à UFRJ que **exclua dos editais** para contratação de empresa para a execução de obra de engenharia **a exigência de registro no CREA dos atestados para comprovação da capacitação técnica operacional das licitantes**, tendo em conta a recomendação inserta no subitem 1.3 do Capítulo IV combinado com o subitem 1.5.2 do Capítulo III do Manual de Procedimentos Operacionais para aplicação da Resolução CONFEA nº 1.025/2009, aprovado pela Decisão Normativa CONFEA nº 085/2011”. (Acórdão 128/2012 – 2ª Câmara)*

*9.4. dar ciência ao Município de Itagibá/BA, de modo a **evitar a repetição das irregularidades em futuros certames patrocinados com recursos federais, de que: (...) 9.4.2. a exigência de comprovação de aptidão técnica devidamente registrada junto ao Crea, dando conta de que a empresa interessada já desenvolveu serviços idênticos/semelhantes ao previsto no objeto do edital**, contraria a Resolução 1.025/2009 do Confea e o Acórdão 128/2012 – TCU – 2ª Câmara; (Acórdão 655/2016 do Plenário)*

Em fevereiro de 2017, foi publicado o Acórdão 205/2017 que confirma o entendimento do Plenário do TCU no sentido de **configurar falha a “exigência de registro e/ou averbação de atestado da capacidade técnica-operacional, em nome da empresa licitante**, no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – Crea, o que não está previsto no art. 30, § 3º, da Lei 8.666/1993, que ampara a exigência do referido atestado, contida no item 8.7.2 do instrumento convocatório, e contraria a Resolução Confea 1.025/2009 e os Acórdãos 128/2012-TCU-2ª Câmara e 655/2016-TCU-Plenário”.

Posteriormente, em dezembro de 2017, foi publicado o Acórdão 10362/2017-2ª Câmara que apontou como irregularidade a exigência de “certidão de acervo técnico da licitante registrada no CREA-CE, para efeito de habilitação, uma vez que a exigência de registro ou visto no CREA do local de realização da obra licitada somente dar-se-á no momento da contratação”.

Ainda como exemplos da consolidação do entendimento do TCU sobre a matéria, se indica a leitura dos acórdãos 2.143/2021, 1.542/2021 e 3.094/2020, todos do Plenário:

*É irregular a exigência de que a planilha orçamentária, integrante da proposta de preços, seja assinada por profissional legalmente habilitado, com registro junto ao Conselho de Engenharia e Agronomia (Crea) ou ao Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), e acompanhada da respectiva anotação de responsabilidade técnica (ART) ou do registro de responsabilidade técnica (RRT), por violar o princípio da legalidade e restringir a ampla concorrência. (TCU. Acórdão 2143/21-Plenário)*

*É irregular a exigência de que a atestação de capacidade técnico-operacional de empresa participante de certame licitatório seja registrada ou averbada junto ao Crea, uma vez que o art. 55 da Resolução-Confea 1.025/2009 veda a emissão de Certidão de Acervo Técnico (CAT) em nome de pessoa jurídica. A exigência de atestados registrados nas entidades profissionais competentes deve ser limitada à capacitação técnico-profissional, que diz respeito às pessoas físicas indicadas pelas empresas licitantes. (TCU. Acórdão 1542/21-Plenário)*

*É irregular a exigência de que o atestado de capacidade técnico-operacional de empresa participante de licitação seja registrado ou averbado no Crea (art. 55 da Resolução-Confea 1.025/2009), cabendo tal exigência*

*apenas para fins de qualificação técnico-profissional. Podem, no entanto, ser solicitadas as certidões de acervo técnico (CAT) ou as anotações e registros de responsabilidade técnica (ART/RRT) emitidas pelo conselho de fiscalização em nome dos profissionais vinculados aos atestados, como forma de conferir autenticidade e veracidade às informações constantes nos documentos emitidos em nome das licitantes. (TCU. Acórdão 3094/20-Plenário)*

A esta altura cabe esclarecer à Comissão de Avaliação que o termo “elaboração de diagnóstico” é tão somente um neologismo utilizado por pesquisadores e estudiosos para dar a conotação da importância e profundidade de um estudo exploratório, haja vistas que tecnicamente os estudos são divididos em seus tipos metodológicos como: exploratórios, teóricos, aplicados, de campo, experimental e bibliográfico.

Logo, feitos os esclarecimentos acima, devemos considerar que o **documento a)** apresentado por esta licitante foi emitido pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Magé, ou seja, pessoa jurídica de direito público, e assinada por servidor público que possui fé pública de ofício, assegurando a veracidade e validade da declaração emitida. Destacamos por fim que a declaração deixa explícito que “a Licitante vem realizando no município estudos, projetos e serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural, organizando eventos e feiras de comercialização e exposição de produtos da agricultura familiar e ambiental, programa de destinação de resíduos sólidos na área rural e tratamento de água e saneamento básico” logo, pelos esclarecimentos acima, entendemos que a realização de estudos é mais abrangente e inclui a elaboração de diagnósticos.

Destaque para o fato que na dúvida esta comissão sequer emanou diligência solicitando o caráter dos estudos realizados.

No que concerne ao **documento b)** esta Comissão de Avaliação emanou as seguintes conclusões:

*“b) O Atestado de Capacidade Técnica apresentado, emitido pela Fundação Euclides da Cunha, correspondente ao Contrato nº 064/2019, não contempla a área igual ou semelhante ao objeto desta licitação – saneamento básico, não atendendo à exigência do subitem 10.2. do Projeto Básico, Anexo “A”, do Edital e também não contemplou elaboração de diagnóstico.”*

Discordamos do argumento que o **documento b)** não contemple área igual ou semelhante ao objeto dessa licitação uma vez que, o entendimento que a área objeto da licitação trata-se de saneamento básico foi uma interpretação **subjetiva** do analista, o Edital fala em seu item 10.2 tão somente em **“Comprovação de que a PROPONENTE possui experiência na área de atuação igual ou semelhante ao objeto desta licitação”**.

Nesta esteira complementamos que o objetivo da Concorrência apresentado no item 1 do Edital trata-se de contratação de empresa de **consultoria** (e não engenharia) especializada para **elaborar proposta de alternativas de modelo de gestão para o saneamento rural no Brasil**, e que conforme fica explícito no **item 5.1 do Anexo A** do Edital que apresenta o objetivo geral do trabalho, isso será realizado por intermédio da **identificação de comunidades rurais** (vilas/distritos, povoados, núcleos, lugarejos, aldeias) na Paraíba, com previsão de posterior expansão para todas as regiões do Brasil, com população entre 30 e 1.000 famílias (algo em torno de 150 a 4.000 habitantes), **indicando tipologias empregadas, assim como as formas de gestão utilizadas** para, a partir destas informações, **elaborar propostas de modelos de gestão para os serviços de saneamento rural.**”, assim entendemos que a área objeto da licitação é realização de estudos experimentais e não saneamento rural, sendo o saneamento rural tão somente o objeto de sua observação.

Tanto isso é uma verdade que a exigência de experiência em saneamento rural fica restrita à equipe técnica que é quem vai dar os parâmetros necessários a serem estudados e analisados para o resultado final, não sendo essa exigência extrapolada para a Licitante ficando claro isso na análise do **Item 10.2, Subitem A** do Edital que

diz: “A proponente será pontuada em função da experiência em coordenação, gestão de projetos e elaboração de diagnósticos” não sendo citado saneamento básico em momento algum.

Por fim, após as considerações acima apresentadas **solicitamos que seja revisto e alterado o julgamento** do item 5.2.1 – CRITÉRIO “A” – Critério de Experiência e Capacidade Técnica da PROPONENTE do Instituto de Desenvolvimento Socioambiental – IDS que foi o **de não pontuação, para a pontuação máxima de 40 pontos** tendo em vista a apresentação de 02 (dois) ou mais atestados.

## **2) 5.2.2 – CRITÉRIO “B” – Critério de Experiência da Equipe Técnica-Chave da PROPONENTE**

A Licitante apresentou em sua Equipe Técnica-Chave os seguintes profissionais:

- B1 – Coordenador Geral – Sr. Peter Batista Cheung.
- B2 – Gerente Técnico – Sr. José Victor Nunes Viana.
- B3 – Profissionais **Sênior** – Sr. Darwin E. A. Nogueira Lima – Eng Civil  
Sr. Alexandre Batista Pereira Gealh - Economista

Partindo para os comentários acerca do julgamento realizado por essa Comissão de Avaliação quanto a documentação da Equipe Técnica-Chave esclarecimento:

### **B1 – Coordenador Geral – Sr. Peter Batista Cheung.**

A Comissão de Avaliação informou que não foi possível aferir o tempo de experiência por não ter sido informado a vigência do Contrato referente ao Atestado de Capacidade Técnica emitido pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará – ARCE, entretanto a ART encontra-se disponível para download no site do CREA, ao qual poderia ser analisada a vigência do contrato.

Destaca-se que a Comissão de Avaliação **não realizou a contagem de tempo** do item **h) CAT** com Registro de Atestado 0000000144584 comprovando 1 ano.

Por fim, a comissão informa que a licitante **NÃO PONTOU NO CRITÉRIO “B-1”** porque o subitem 10.1 do Edital exige que a qualificação técnica do Coordenador Geral seja engenheiro sanitaria ou ambiental, podendo ser atendido essa qualificação por meio de pós-graduação nessas áreas, e a licitante indicou Engenheiro Civil e não a exigida no critério.

Primeiramente, cabe restabelecemos o contexto da análise equivocada da Comissão nesse item. O Edital em seu subitem 10.1 fala:

**“01 Coordenador Geral (Sênior) – Engenheiro Sanitaria ou Engenheiro Ambiental, com formação superior e experiência mínima de 05 (cinco) anos em coordenação e gestão de projetos e elaboração de diagnósticos”**

Entretanto no dia 17 de novembro de 2022, a mesma Comissão de Avaliação publicou a **INFORMAÇÃO AOS INTERESSADOS IV** aonde fica esclarecido conforme transcrito abaixo:

**“Questionamento 1** - No item 10.1. EQUIPE CHAVE tem-se o seguinte em relação ao coordenador: 01 Coordenador Geral (Sênior) – Engenheiro Sanitaria ou Engenheiro Ambiental, com formação superior e experiência mínima de 05 (cinco) anos em coordenação e gestão de projetos e elaboração de diagnósticos. Sobre esse profissional, foi feito um questionamento em relação à sua formação, cuja resposta consta no documento “Informação aos Interessados II” e está exposta a seguir:

**Questionamento** – *“De acordo com o item “10.1 EQUIPE CHAVE”, na página 31 do Edital, a formação necessária do Coordenador Geral (Sênior) é Engenheiro Sanitaria ou Engenheiro Ambiental, porém, entendemos que será aceito um profissional com formação em engenharia civil com Mestrado em Recursos Hídricos e Saneamento e com comprovada experiência em coordenação e gestão de projetos e elaboração de diagnósticos? Está correto o nosso entendimento?”*



**Resposta** — Apesar do entendimento estar correto, pois o engenheiro civil pode desenvolver as mesmas atividades de Engenheiro Sanitarista, lembramos que além do Coordenador Geral (Sênior), na “Equipe complementar Nível Superior” já é exigido a apresentação de um Engenheiro Civil, ou seja, neste caso o “Coordenador Geral (Sênior)” não substitui a necessidade de apresentação do profissional solicitado na “Equipe Complementar Nível Superior” uma vez que a intenção do licitador, em um primeiro momento, é ter profissionais com experiências e expertises complementares.

A referida resposta não deixa claro se é possível utilizar um profissional de outra formação, pois afirma que APESAR de o entendimento da empresa estar correto, já é exigido um engenheiro civil na equipe complementar e pretende-se ter profissionais com diferentes experiências. Ressalta-se que a experiência profissional, independente da formação, está muito mais ligada às áreas que o profissional atuou ao longo da carreira, as quais podem ser muitas, especialmente nos cursos de engenharia que preparam os profissionais para atuação em diferentes temas. Com base nisso, entendemos que um profissional de engenharia agrônoma e mestrado na área de hidrologia e saneamento, também poderia ser indicado para a função de coordenador geral (e não apenas para a função de Gerente Técnico), desde que suas experiências sejam compatíveis com o exigido no edital. Está correto o nosso entendimento? Favor esclarecer.

**Resposta** – Considerando o novo questionamento formulado pelo proponente que advém da dúvida de entendimento acerca da resposta já exaurida esclarecemos:

**1 – CORRETO, será aceito profissional com formação em Engenharia Civil para o cargo de Coordenador Geral (Sênior) (grifo nosso)**, o que não exige a licitante de também apresentar outro profissional com formação em Engenharia Civil no âmbito da “Equipe Complementar Nível Superior”.

**2 – Está INCORRETO** o entendimento da licitante que pode ser apresentado um profissional de engenharia agrônoma e mestrado na área de hidrologia e saneamento, para a função de Coordenador Geral (Sênior)

Solicitamos ao licitante atentar para as atribuições inerentes a cada profissão atribuídas por intermédio da legislação pertinente, em específico às do Conselho de Classe – CREA/CONFEA. (Art. 6º do Decreto nº 23.196, de 12 out 1933; Art.1º da Resolução 310/1986; e Art. 7º da Lei 5194/66 combinado com os Art. 28 e 29 do Decreto 23.569/33 e art. 7º da Resolução 218/73 – CONFEA)”

Isto posto, **solicitamos que seja revertida a decisão equivocada de não pontuação no Critério “B-1”, e que seja dada a pontuação 10 pontos** nesse item para o profissional apresentado.

**B2 – Gerente Técnico – Sr. José Victor Nunes Viana.**

A comissão da OEI informa que não foi possível verificar os prazos de experiência do profissional com as CAT's apresentadas, porém, reiteramos que na CAT 3384 apresentada, que segue em anexo, está demonstrado o prazo do contrato 027/2007, referente a ART 621678, firmado em 18/12/2007 e que teve o segundo aditivo de prazo assinado em 03/10/2014, com prorrogação por mais 24 meses, o que já demonstra inicialmente quase 07 anos de comprovação de experiência na área solicitada.

- **B3 – Profissionais Sênior** – Sr. Darwin E. A. Nogueira Lima – Eng Civil  
Sr. Alexandre Batista Pereira Gealh - Economista

Para argumentamos contra o julgamento proferido pela Comissão de Avaliação quanto à pontuação dada no Quesito B3 precisamos primeiramente recorrer ao Edital em seu item 10.2, subitem B3 que diz de forma explícita: *B3 - Critério de experiência dos profissionais em nível sênior.*

Quando no item 10.1. Equipe Chave, o Edital solicita que seja apresentado **01 Profissional Sênior** - Engenheiro Civil ou Sanitarista e **01 Economista ou Estatístico (Sênior)** entendemos que quando o subitem B3 fala em critérios de experiência **dos profissionais** em nível sênior, o Edital está se referindo à **experiência de ambos.**

A favor desse entendimento está o quadro de pontuação do subitem B3:

ITEM	DESCRIÇÃO	PONTOS
<b>B3</b>	<b>Profissionais Sênior – Experiência técnica</b>	<b>10</b>
	Experiência (mínima de 5 anos) em execução e acompanhamento de projetos e/ou elaboração de diagnósticos.	4
	Experiência (mínima de 5 anos) em execução e acompanhamento de projetos na Área de água e/ou Saneamento Básico.	6
	<b>Pontuação máxima do item.</b>	<b>10</b>

Dessa forma entendemos que para o subitem B3 a **experiência de ambos os profissionais deva ser considerada**, até mesmo porque o Edital não deixa explícito quem seria o profissional B3, e quando da análise da pontuação podem ambos terem experiências que pontuem nos dois quesitos, ou em quesitos separados.

Dessa forma, **solicitamos que seja revertida a decisão de não pontuação no Critério “B-3”, e que seja dada a pontuação de acordo com a experiência de ambos os profissionais sênior.**

Além disso, não foi considerado os prazos de experiência do Engenheiro Civil Darwin E. A. Nogueira Lima, informados na CAT apresentada, onde é explícita a apresentação de prazos de registros e de baixas de ART, que é o elemento contratual de prazo e responsabilidade do profissional com o contratante, demonstrando o período de vigência do contrato. Podemos exemplificar, dentre outras, a ART 1, que na CAT demonstra o registro em 16/09/1999 e baixa em 31/07/2019, conforme CAT em anexo.

Por fim, gostaríamos de esclarecer que existe ainda entre os operadores das licitações muita dúvida com relação à Certidão de Acervo Técnico – CAT e a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART.

Em geral, em licitações, muitas das vezes o pregoeiro e/ou comissão de avaliação aceitam a ART no lugar da CAT a fim de comprovar a capacidade técnico-profissional de algum licitante.

Ocorre que tais documentos têm a finalidade distinta, não podendo ser confundido um com o outro. A ART possuía o objetivo de registrar o responsável técnico por



determinada obra, serviço ou projeto. Ela é um documento expedido pelo CREA que serve para dar ciência à sociedade e ao Conselho de Classe sobre quem pessoa é a responsável, a fim de viabilizar a fiscalização do exercício da profissão.

Neste ponto merece transcrição o art. 2º da Resolução nº 1.025/09 do CONFEA:

*“Art. 2º A ART é o instrumento que define, para os efeitos legais, os responsáveis técnicos pela execução de obras ou prestação de serviços relativos às profissões abrangidas pelo Sistema Confea/Crea.*

*A CAT é o único documento emitido pelo CREA que comprova a experiência do profissional. Por isto, para as licitações, o documento que deve ser cobrado é ele, e não a ART. Os arts. 47 e 49 da Resolução nº 1.025 do CONFEA dispõem nesse sentido:*

*Art. 47. O acervo técnico é o conjunto das atividades desenvolvidas ao longo da vida do profissional compatíveis com suas atribuições e registradas no Crea por meio de anotações de responsabilidade técnica.*

*Art. 49. A Certidão de Acervo Técnico – CAT é o instrumento que certifica, para os efeitos legais, que consta dos assentamentos do Crea a anotação da responsabilidade técnica pelas atividades consignadas no acervo técnico do profissional.”*

No mesmo sentido o CREA-SC explica que a CAT é o instrumento que identifica a experiência do profissional<sup>1</sup>:

*“A CAT é o instrumento que certifica, para os efeitos legais, as obras ou serviços técnicos registrados no CREA-SC e que constituem o acervo técnico do profissional, sendo este o acervo técnico o conjunto das atividades desenvolvidas ao longo de sua vida profissional, compatíveis com suas competências e registradas no CREA-SC por meio de Anotações de Responsabilidade Técnica – ART.”*

<sup>1</sup> [http://www.crea-sc.org.br/portal/index.php?cmd=artigos-detalle&id=1966#.YkS99zXQ\\_rc](http://www.crea-sc.org.br/portal/index.php?cmd=artigos-detalle&id=1966#.YkS99zXQ_rc)

Para a sociedade, a CAT identifica a experiência do profissional em sua área de atuação, comprovando a regularidade do registro da atividade técnica no CREA-SC. (grifo nosso)

No site do CONFEA<sup>2</sup> é possível extrair-se a mesma finalidade para a CAT:

O profissional pode requerer sua CAT no Crea para fazer prova da sua capacidade técnico-profissional, com base nas atividades desenvolvidas e registradas em ARTs.

**Diante disto, não pode ser aceito um documento pelo outro, pois suas finalidades são distintas. Além disto, como a ART pode ser baixada em casos de rescisão contratual, paralisação dos serviços ou substituição do responsável técnico; ou pode ser cancelada, nos casos de inexecução do contrato ou das atividades a ele inerente não pode ser aceito a substituição da CAT pela ART.**

O acórdão 1.332/2006 do Plenário do TCU diferencia bem as duas espécies:

*“A qualificação técnica abrange tanto a experiência empresarial quanto a experiência dos profissionais que irão executar o serviço. A primeira seria a **capacidade técnico-operacional**, abrangendo atributos próprios da empresa, desenvolvidos a partir do desempenho da atividade empresarial com a conjugação de diferentes fatores econômicos e de uma pluralidade de pessoas. A segunda é denominada **capacidade técnico-profissional**, referindo-se a **existência de profissionais com acervo técnico compatível com a obra ou serviço de engenharia a ser licitado.**”*

**Partindo desta análise solicitamos que sejam revistas as pontuações de TODOS os outros Licitantes que apresentaram somente declaração ou ART dos profissionais indicados para compor Equipe Técnica-Chave da PROPONENTE e com isso que seja revista APURAÇÃO DAS NOTAS TÉCNICAS da presente CONCORRÊNCIA.**

---

<sup>2</sup> <https://www.confea.org.br/servicos-prestados/certidao-de-acervo-tecnico-cat>

**ISTO POSTO**, diante da plena comprovação de atendimento ao edital, REQUER, o recebimento do presente recurso.

Ao final, julgar totalmente procedente o presente recurso, para fins de rever a decisão de INABILITAR a presente recorrente declarando sua adequada pontuação e consequente HABILITAÇÃO pelos fatos e direitos aqui expostos.

Não alterando a decisão, requer o imediato encaminhamento à Autoridade Superior para que seja reapreciado.

Nestes termos, pede e espera deferimento.

**Brasília-DF, 22/12/2022**



**Instituto de Desenvolvimento Socioambiental – IDS**

Representante Legal